

# AHMA – EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS

## ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA

### 14.ª EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL:

*“Agricultura em Almada no «Antigo Regime»”*

Texto de Apoio

**CASA PARGANA**  
Rua Visconde Almeida  
Garrett, 12 – Almada

•••

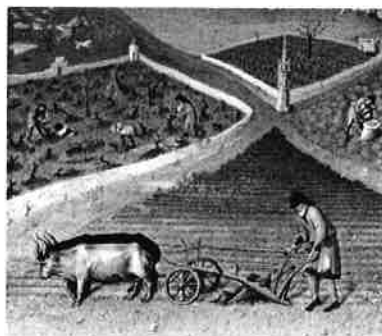
21 de Dezembro de 2007  
a  
14 de Março 2008

2.ª a 6.ª feira:

das 14.00h às 17.00h

•••

Visitas guiadas  
e palestras por  
marcação  
(Tel.: 212724900)



DIVISÃO DE HISTÓRIA LOCAL E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

 **CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA**

**AGRICULTURA EM ALMADA**  
**NO**  
**“ANTIGO REGIME”**



## Apresentação

«Agricultura em Almada no ‘Antigo Regime’» é o título da 14.<sup>a</sup> exposição documental do Arquivo Histórico, aberta ao público, de Dezembro de 2007 a Março de 2008.

Esta iniciativa cultural, patente ao público em geral e, em particular à comunidade educativa, pretende divulgar um conjunto de documentos do acervo do Arquivo e ilustrar alguns aspectos da vida rural do ‘Antigo Regime’, época histórica compreendida entre o Renascimento e as grandes revoluções liberais.

A agricultura, a principal actividade socioeconómica na região, ocupava sobretudo uma mão-de-obra constituída por camponeses, caseiros e escravos. Tal como outrora, a maior parte das terras estavam repartidas por senhorios que pertenciam, agora, não só ao clero, à nobreza e ao rei, como também a burgueses, alguns dos quais residentes em Lisboa e arredores.

Para além do sector da população que se dedicava à actividade mesteiral, à pesca, à moagem, à reparação naval, à recolha da lenha e aos transportes terrestres e fluviais, a grande maioria das pessoas ainda continuava ligada a formas de vida tradicionais, cuja origem remontava à época medieval. A expansão da área agrícola, na qual se distinguia a vinha e a produção do vinho, a par da pesca e das trocas comerciais, não só fez reforçar o crescimento urbano da vila de Almada, – centro administrativo, judicial, comercial, político e militar do concelho –, como contribuiu para o desenvolvimento dos portos, com destaque para Cacilhas, e dos aglomerados paroquiais do extenso Termo na sua ligação com os campos mais próximos.

Esta exposição temática prossegue o objectivo de divulgar a história local, de modo a estimular o conhecimento do património do concelho de Almada. (A. Flores)

## “Antigo Regime”

### Enquadramento histórico

Período histórico, que compreende sobretudo os séculos XVII e XVIII, que se caracterizou na política, pelo absolutismo, na economia, pelo mercantilismo, e na sociedade pela divisão em ordens.

O poder régio assenta na origem divina, na qual o rei centraliza em si todos os poderes e exerce-os sem limitação ou controlo de qualquer órgão ou poder. Ele decide de acordo com a sua razão e a sua vontade, qual é o interesse do Estado, e todos lhe devem obediência.

Em termos económicos, o mercantilismo assumiu-se como doutrina económica segundo a qual o objectivo do Estado era enriquecer acumulando a maior quantidade possível de materiais preciosos, através de medidas proteccionistas favorecendo a produção e exportação, limitando ou mesmo impedindo a importação de produtos.

Quanto à sociedade esta era fortemente estratificada e hierarquizada dividindo-se como na Idade Média, em três ordens: clero, nobreza e povo. Estas ordens constituíam estratos sociais rigidamente demarcados, com obrigações e direitos próprios.



Gravura Livro V das Ordenações de El-Rei D. Manuel I, 1514

## Agricultura em Portugal

A principal actividade económica em Portugal, tal como na restante Europa, era a agricultura. Apesar da maioria da população trabalhar na agricultura, a produção era insuficiente, devido ao uso de técnicas e instrumentos agrícolas rudimentares, pela falta de mão-de-obra e porque a maior parte das terras pertenciam ao rei, clero e nobreza que não investiam nas explorações, limitando-se a receber as pesadas rendas e obrigações. Quase todas as terras estavam sujeitas a regimes senhoriais, os camponeses mal conseguiam garantir a sua subsistência. O monopólio senhorial asfixiava a agricultura e promovia o absentismo rural, provocando a decadência rural e obrigando à importação de artigos de consumo, nomeadamente de cereais.

Para além disso, as condições climatéricas condicionavam em muito a produção, os maus anos agrícolas significavam escassez de alimentos resultando em fomes e epidemias (peste), provocando uma grande mortalidade e limitando o crescimento demográfico.

O grande comércio expandia-se nas cidades, criando um grande dinamismo económico, graças ao comércio colonial.

A paisagem rural cultivada era dominada pela vinha, cereal e oliveira. O cereal constituía a base da subsistência alimentar da população. O trigo e o centeio eram os principais cereais tradicionais portugueses com os quais se produzia o pão.

A escassez do trigo foi compensada com a introdução do *milho máis* (milho grosso), originário da América Central, que provocou enormes alterações na paisagem rural, na estrutura fundiária, e



Pormento do Livro de Horas, António de Holanda, mês de Outubro, 1551

contribuiu para uma melhoria da alimentação das populações graças à sua elevada produtividade.

A deficitária produção cerealífera existente em Portugal foi-se agravando com o aproveitamento de terrenos anteriormente utilizados para a produção de cereal por outra cultura muito mais rentável, a vinha. Ao intensificar-se demasiado a cultura da vinha, com prejuízo de outras culturas, resultou a queda de preços, a superabundância e perda de qualidade do produto. Devido a este acréscimo exagerado

das plantações de vinhedos, Pombal redigiu uma lei mandando arrancar as vinhas nas terras aptas para a produção de trigo e que nesses campos se semeasse o precioso cereal.

Depois da vinha a cultura da oliveira era a mais valiosa, encontrando-se predominantemente na metade sul do país. O azeite vendia-se com bons lucros para o norte da Europa.

Não se pode limitar ou confinar estas culturas em espaços próprios, visto que coexistiam, não só em termos de paisagem agrícola regional, como também no interior das explorações agrárias.

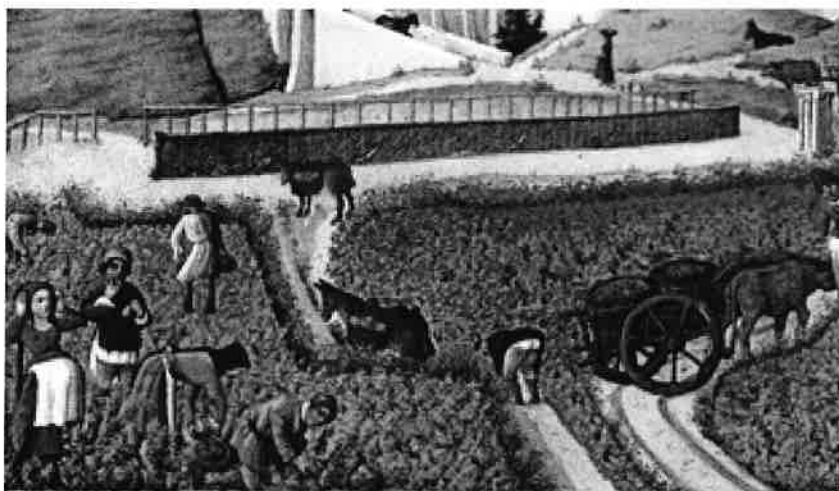
A par destes principais produtos agrícolas, as árvores de fruto e a horta desempenhavam um papel de extrema importância na satisfação das subsistências alimentares quotidianas.



Livro de Horas, António de Holanda, mês de Agosto, 1551

Elementos igualmente importantes da paisagem rural eram as espécies arbóreas, como os montados de sobre e de azinho do Alentejo, os pinhais do litoral atlântico, com destaque para os de Leiria e d'El-Rei, ou as matas de carvalhos e os soutos de castanheiros que cobriam extensas áreas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras.

Na segunda metade do século XVIII começou a plantar-se o arroz e a batata, mas só no século seguinte conhecerá a expansão que as tornará em elementos fundamentais da agricultura portuguesa, colmatando as deficiências cerealíferas.



Pormenor do Les Tres Riches Heures du duc de Berry, Setembro

## Termo de Almada



Lisbon from Almada, Robert Batty, 1830, BN

### Caracterização

O território ocupado pelo termo de Almada, no ‘Antigo Regime’, era constituído aproximadamente pela área dos actuais concelhos de Almada e Seixal.

As freguesias de São Tiago e Santa Maria do Castelo (também conhecida como Nossa Senhora da Assunção), Nossa Senhora do Monte de Caparica, Corroios, Amora, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Seixal compunham o termo de Almada. Com a reforma de 1836, as cinco últimas freguesias citadas são desanexadas e integradas no novo concelho do Seixal.

A população da vila e termo de Almada, no século XVII, rondava em cerca de 2500 habitantes.



Geograficamente, o termo é delimitado a norte pelo rio Tejo e a oeste pelo oceano Atlântico. É caracterizado pelas arribas altas junto ao litoral, altitude que progressivamente vai diminuindo para o interior.

Os solos são predominantemente calcários e arenosos, hidrograficamente fracos, diminuindo a sua fertilidade de norte para sul, pelo que as culturas tenderam-se a concentrar-se na proximidade do rio, tal como os principais centros de povoamento.

As terras de cultivo, tal como no restante reino, estavam na posse do rei, da nobreza, da igreja e do concelho. Os proprietários da terra cediam a sua exploração mediante o pagamento de uma renda ou foro, em dinheiro ou em géneros.

O termo de Almada era composto por uma área de reguengo (propriedade régia), por áreas maninhas e charnecas, retalhadas em terras alodiais (livre de encargos ou direitos senhoriais) ou aforadas (arrendadas por longo prazo ou perpétuo mediante o pagamento de uma renda determinadas).

As terras reguengueiras estavam sujeitas à prestação do quarto, as restantes propriedades sujeitavam-se, consoante o tipo de cultivo, no caso do vinho, ao oitavo, no caso das terras de sementeira, à jugada. Para além destas prestações, estariam ainda sujeitos ao pagamento da décima ao concelho.



Pormento do Breviarium Grimani, Marz. 1510 (17)

## Agricultura em Almada

A agricultura, a par da pesca, era a principal actividade socio-económica, absorvendo a maior parte da mão-de-obra existente. As culturas tipicamente mediterrânicas, vinha, cereal e oliveira dominavam a paisagem cultivada, embora a área cultivada fosse diminuta em relação às 'terras incultas'.

A charneca, maninhos, baldios e floresta, apesar de serem considerados terrenos incultos, não estavam alheados da economia agrícola, eram utilizados para a pastagem de gado, recolha de lenha e outros produtos.

Os produtos da charneca e da floresta assumiam um importante papel na economia local. Do mato cortado resultava o carvão, o pinhal fornecia lenha das ramadas e madeira para o fabrico de barcos, construção



Pormenor do Livro de Horas de Simon Bening, Januar

de casas, tonéis, etc.

A lenha e carvão

constituíam uma fonte de energia indispensável para os lares, fornos de pão, cal e louça, satisfazendo as necessidades dos seus habitantes e de Lisboa.

A utilização intensiva da lenha e carvão libertou os solos do mato, sendo estes posteriormente aproveitados para o cultivo de vinha, cereais e árvores.

A vinha surge como a cultura predominante na paisagem rural. Os solos arenosos e as encostas prestavam-se ao cultivo da vinha, obtendo-se grande rentabilidade e notoriedade com os vinhos da região. O cultivo da vinha e produção de vinho desenvolveu-se em função do consumo lisboeta e do mercado externo, tornando-se o grande impulsionador da economia local. O vinho desta região adquiriu fama internacional, sendo os vinhos de Caparica, referidos como *'mui celebrado (...)* e *conhecido dos senhores da Flandres e da Alemanha'*<sup>1</sup>

e que os vinhos destas paragens entravam na *'carregação'* de navios para a Índia e tidos por Gaspar Frutuoso<sup>2</sup> como os melhores do reino. A sua fama e qualidade são igualmente mencionadas em obras de Luís de Camões e Gil Vicente.

São apontadas duas razões para a decadência da vinha no termo, a primeira, resulta de uma lei do Marquês de Pombal, onde se



Livro de Horas, António de Holanda, mês de Setembro, 1551

<sup>1</sup> Duarte Nunes Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, f. 51.

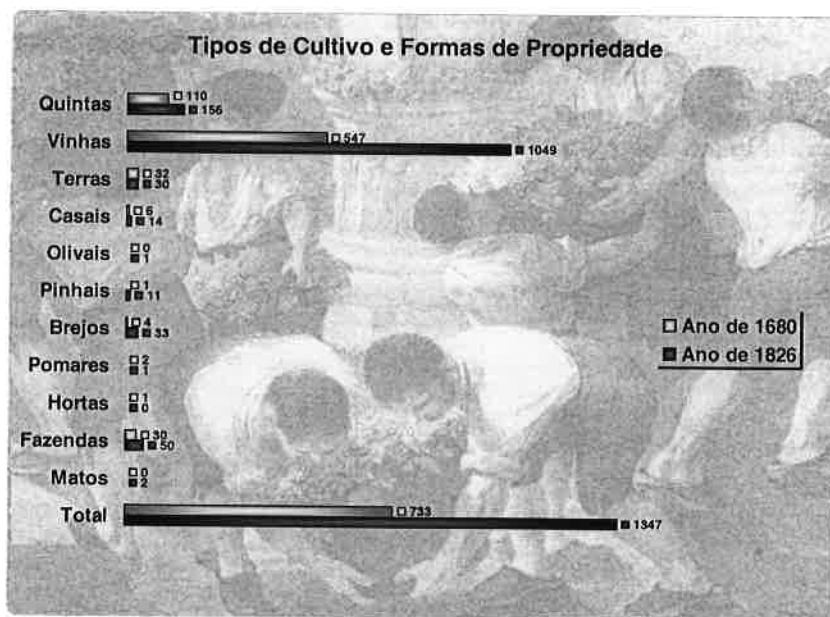
<sup>2</sup> Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, vol. I, edição comemorativa do 4º centenário do autor, Ponta Delgada, 1924.

ordena o arranque dos vinhedos das terras que deviam produzir cereal e pela devastação provocada pelo *oidium* e *floxera* que arruinaram as vinhas, no século XIX.

A generalidade da ocupação das terras de cultivo era feita por vinhedos, e o cultivo do cereal (trigo, centeio, cevada e milho) ocupava um lugar secundário, apesar de serem os produtos que melhor satisfaziam as necessidades e os hábitos alimentares.

A oliveira existiu em diversas propriedades de Almada e seu termo. O seu cultivo desempenha funções importantes para a vida doméstica e uso alimentar, a iluminação, o fabrico de sabão e para o culto do sagrado.

Para além dos produtos agrícolas mencionados, não podemos esquecer que os produtos hortícolas e os pomares compunham a restante paisagem agrária, coexistindo com os outros tipos de cultivo.



Dados recolhidos nos Livros de Décimas referentes aos anos de 1680 e 1826.

## Documentos em exposição:

- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Freguesia de São Tiago*. [Manuscrito]. 1680. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv001.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Prédios Rústicos e Urbanos – Freguesia de N.ª. Sra. do Monte da Caparica*. [Manuscrito]. 1826. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv207.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos a 8.º dos Vinhos*. [Manuscrito]. 1772. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/005/Lv001.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro das Posturas*. [Manuscrito]. 1750. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/B/A/003/Lv002.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo de entrada de pão no celeiro*. [Manuscrito]. 1812. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CSM/001/Lv001.



Livros de registo relativos à Décima, Freguesia de São Tiago. 1680

### Fontes documentais:

- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Freguesia de São Tiago*. [Manuscrito]. 1680. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv001.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Freguesia de Arrentela*. [Manuscrito]. 1680. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv002.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Freguesia de Corroios e Amora*. [Manuscrito]. 1680. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv003.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Freguesia de Caparica*. [Manuscrito]. 1680. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv004.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Prédios Rústicos – Freguesia do Castelo e São Tiago*. [Manuscrito]. 1826. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv205.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Prédios Rústicos – Freguesia de Dentro*. [Manuscrito]. 1826. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv206.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos à Décima: Prédios Rústicos e Urbanos – Freguesia de N.ª. Sra. do Monte da Caparica*. [Manuscrito]. 1826. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/001/Lv207.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo relativos a 8º dos Vinhos*. [Manuscrito]. 1772. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/F/A/005/Lv001.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro das Posturas*. [Manuscrito]. 1750. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CMA/B/A/003/Lv002.
- ALMADA. Câmara Municipal. *Livro de registo de entrada de pão no celeiro*. [Manuscrito]. 1812. Acessível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico. CSM/001/Lv001.

### Fontes bibliográficas:

- BARROS, Luís – *Introdução à pré e proto-história de Almada*. Almada: Câmara Municipal, 1998.
- CARDOSO, Pe. Luís – *Diccionario geografico, ou a notícia histórica de todas as cidades villas, lugares e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, ...* tomos I e II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747 e 1751.

- COSTA, Pe. António Carvalho da – *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal ...* tomo 3º. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712.
- CRUZ, Maria Alfreda – *A margem sul do estuário do Tejo: Factores e formas de organização do espaço*, imp. Montijo, Oficinas gráficas, da Gazeta do Sul, 1973.
- *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Alfa, 1986.
- *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. I. Lisboa: Verbo, 1963-1990.
- *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I. Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, [196 ].
- FLORES, Alexandre M. – *Almada das origens à elevação a cidade*. Almada: Câmara Municipal, 1994.
- FLORES, Alexandre M. – *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário (1860-1930)*. Almada: Câmara Municipal, 2003.
- FLORES, Alexandre M. – *Almada sua circunscrição*. Almada: Câmara Municipal, 1996.
- FLORES, Alexandre M., e outro – *Os forais de Almada e seu termo*. Almada: Seixal, Câmara Municipal, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Presença, 1997.
- MATTOSO, José dir. – *História de Portugal*, vol. IV. [Lisboa]: Estampa, 1993.
- NABAIS, António – A margem sul do estuário do Tejo durante a expansão portuguesa. in *Almadan*, Almada, nº2, Novembro 83 / Maio 84 1999, pp. 52-53.
- PEREIRA, Zélia – Estruturas agrárias, sociedade local e poder municipal em Almada (1827), in *Anais de Almada : Revista cultural.*, Almada, nº2, 1999, pp. 121-156.
- SARAIVA, José Hermano dir. – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Alfa, 1984-1985.
- SARAIVA, José Hermano, e outro – *Diário da história de Portugal*. vol. I. da fundação aos Lusíadas. Lisboa: Difusão cultural, imp.1992.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Verbo, 1995.
- SERRÃO, Joel dir. – *Dicionário de história de Portugal*, vol. V. Porto: Figueirinhas, 1992.
- SOUSA, R. H. Pereira de – *Almada toponímia e história das freguesias urbanas*. Almada: Câmara Municipal, 1985.
- VAZ, Artur – *Os vinhos da outra banda* (Ensaio monográfico). Almada: Câmara Municipal, 1992.
- VIEIRA JUNIOR, Duarte Joaquim – *Villa e termo de Almada*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1897.
- VIEIRA, Aires dos Passos – *Almada no tempo dos Filipes: Administração, sociedade, economia e cultura (1580-1640)*. Almada: Câmara Municipal, 1995.

## **Visitas e Palestras**

- ❖ Exposição documental patente ao público de 21 de Dezembro de 2007 a 14 de Março de 2008.
  
- ❖ Promoção de visitas guiadas e palestras quinzenais a grupos até 20 pessoas às quintas-feiras, das 10.30h às 12.30h, mediante marcação prévia para o secretariado: Tel. 212724900; Fax 212724919;  
E-mail: [arq.hist.mun@cma.m-almada.pt](mailto:arq.hist.mun@cma.m-almada.pt)
  
- ❖ Preparação, montagem da exposição e organização do catálogo: Divisão de História Local e Arquivo Histórico.